



Plenário decidirá sobre envio de missão à Venezuela

Comissão de Relações Exteriores aprovou criação de grupo de senadores para tentar mediar o conflito entre governo e oposição do país, que vive grave crise institucional

Autor da iniciativa, Jorge Viana propõe que o grupo, sem intervir em assuntos internos ou julgar as forças políticas venezuelanas, trabalhe pela construção do diálogo. Para ele, o aumento da violência — mais de 100 mortes nos últimos quatro meses de protestos contra Maduro — e a intensificação da migração de venezuelanos para o Brasil, acossados pela crise econômica, justificam o esforço. Proposta agora depende do Plenário. **3**



Na Comissão de Relações Exteriores, Viana conversa com Collor e Cristovam



Tomaz Silva/Agência Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro é uma das instituições em crise

Senadores estudam projeto que alivia crise de universidades

Está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos um projeto que permite que instituições de ensino superior criem fundos patrimoniais para financiar suas atividades.

A proposta, de autoria de Ana Amélia, incentiva doações para universidades, via dedução no Imposto de Renda. Pessoas físicas e jurídicas poderão doar, estabelece o texto. O objetivo, diz a sena-

dora, é construir alternativas para que as instituições, que sofrem com a falta de verba, possam captar recursos adicionais de maneira regular e voltada ao longo prazo.

O relator, Armando Monteiro, alterou o texto original para permitir que universidades privadas sem fins lucrativos e hospitais beneficentes, entre outras entidades, também sejam autorizados a criar fundos patrimoniais. **4**

Leis trabalhistas brasileiras poderão valer para embaixadas

Um projeto aprovado na Comissão de Relações Exteriores determina que a legislação trabalhista do Brasil seja aplicada a empregados brasileiros de

embaixadas dos países e organismos internacionais que atuam no país.

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais. **3**



Luís Dornier/CC

Embaixada dos EUA em Brasília: CLT para funcionários brasileiros



Pedro Franco/Agência Senado

O senador Wilder Morais (C) preside sessão especial no Plenário do Senado em homenagem à Polícia Militar de Goiás

Em sessão, PM goiana pede melhores condições

A competência e o compromisso da Polícia Militar de Goiás com a segurança da população foram destacados ontem em sessão especial no Plenário do Senado para celebrar os 159 anos da instituição. Senadores do estado, Wilder Morais, que requereu a sessão, e Lúcia

Vânia agradeceram pelos serviços prestados e pediram melhores condições de trabalho para os policiais. O secretário de Segurança Pública goiano, Ricardo Balestreri, salientou que todos os índices de criminalidade do estado estão mais baixos. **2**

Vanessa e Fátima criticam Conselho de Ética

Vanessa Grazziotin e Fátima Bezerra criticaram o Conselho de Ética do Senado por agendar reunião para definir o relator da denúncia contra elas e outras quatro senadoras. Elas são acusadas de tentar impedir a sessão em que a reforma trabalhista foi votada. Vanessa e Fátima se defenderam e se queixaram da conduta do conselho em casos recentes. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fátima diz, observada por Vanessa, que denúncia contra elas não se sustenta

Subcomissão vai propor Estatuto do Trabalho

A Comissão de Direitos Humanos decidiu instalar uma subcomissão temporária para elaborar proposta de criação de um Estatuto do Trabalho. O objetivo é barrar “retrocessos” da reforma trabalhista e dar garantias ao trabalhador, disse Paulo Paim. **3**

Senado debaterá mais verbas para Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores agendará audiências públicas com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para discutir o aumento de verbas para as Forças Armadas, informou o presidente da comissão, Fernando Collor. **3**

Em homenagem no Senado, PM de Goiás pede valorização

Sessão especial celebrou ontem os 159 anos da corporação. Senadores elogiaram o compromisso com a proteção do povo, e secretário destacou a redução dos índices de criminalidade do estado

A POLÍCIA MILITAR de Goiás foi homenageada ontem em sessão especial no Plenário do Senado, pelos 159 anos. O autor do requerimento, Wilder Moraes (PP-GO), disse que não basta homenagear, é preciso dar condições para os policiais trabalharem com segurança e eficácia.

— Acredito que temos que dar condições para que o policial possa trabalhar, dar segurança ao PM para que ele tenha condições de agir sem medo; sem medo de ser punido pelos criminosos, perdendo a sua vida; medo de ser punido pela Justiça, punido pela má interpretação da lei — disse o senador.

Ele afirmou ainda que quer reinstalar, no Senado, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública para avaliar a política pública no setor e reformar a legislação para que os procedimentos policiais sejam aperfeiçoados.

Lúcia Vânia (PSB-GO) disse que os policiais militares de Goiás têm compromisso com o serviço e a proteção da população, sendo verdadeiros heróis, diante da violência no país.

— No Brasil, todo ano, morre aproximadamente a mesma quantidade de pessoas que na guerra civil na Síria. Essa alta fatura tem sido paga pelos policiais militares que trabalham em um nível de estresse altíssimo. Em todo o



Entre oficiais da corporação, Lúcia Vânia agradece os serviços prestados

Brasil, entre 2009 e 2015, foram mortos 721 policiais. Somos uma sociedade violenta, que resolve os seus problemas com agressividade e brutalidade — disse a senadora.

Para o presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, Alessandri da Rocha Almeida, há uma inversão de valores e é preciso valorizar os policiais militares.

— A história da Polícia Militar de Goiás é permeada de heroísmo. Sempre fizemos muito com pouco. Contudo, a recente história conta com fortes ataques aos policiais militares e a toda a instituição.

O comandante-geral da Polícia Militar de Goiás, Divino Alves de Oliveira, afirmou que a PM é feita de homens e mulheres valiosos que fazem a diferença nas ruas do estado.

— Para que tenham noção, apenas ontem, em 24 horas

de serviço, a PM apreendeu duas toneladas de drogas. Ao longo deste ano de 2017, quase 20 toneladas de drogas foram retiradas das ruas pela PM. Imaginem quantas vidas não pereceram aí em decorrência do tráfico, em decorrência de homicídios causados pelo tráfico de drogas — exemplificou.

O secretário de Segurança Pública de Goiás, Ricardo Balestreri, elogiou a PM pela redução dos 12 índices de criminalidade no estado nos últimos meses.

— Enquanto, lamentavelmente, no conjunto do Brasil, a tendência é o aumento da criminalidade, os nossos bravos policiais são responsáveis pela redução muito expressiva dos 12 índices. Essa notícia nós comemoramos ontem. Isso não é pouca coisa num país que vive o drama que vive o Brasil cotidianamente — celebrou.

Senadoras criticam denúncia do Conselho de Ética

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN) comentaram em Plenário ontem a realização de reunião do Conselho de Ética para escolha do relator da denúncia apresentada contra elas e ainda contra Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ângela Portela (PDT-RR). A reunião do conselho está marcada para terça-feira, às 15h.

Elas estão sendo acusadas de “impedir a continuidade regular” da sessão de votação da reforma trabalhista no Senado.

Após afirmar estar “com a consciência tranquila”, Vanessa se queixou da conduta recente do Conselho de Ética:

— Esse Conselho de Ética arquivou denúncia contra senador flagrado com dinheiro de propina, mas acatou de-

núncia contra nós por termos ocupado a mesa por dez horas para negociar pelo menos uma emenda em favor das mulheres trabalhadoras.

Fátima disse que a representação não se sustenta e que elas exerciam o direito à livre manifestação diante de uma matéria polêmica.

— Esse Conselho de Ética não tem moral nenhuma — afirmou Fátima.

Elmano: Lei das Estatais inibe corrupção

Elmano Férrer (PMDB-PI) comemorou ontem em Plenário um ano da Lei de Responsabilidade das Estatais, que obriga as empresas a cumprir uma série de exigências, como publicar carta anual de políticas públicas e de governança, seguir requisitos de qualificação e profissionalização, criar comitês de auditoria e publicar demonstrações trimestrais, além de ter metas de desempenho e planejamento estratégico. Para o senador, a lei pode inibir a prática de fraudes e corrupção nas 151 estatais da esfera federal.



Waldemir Botelho/Agência Senado

Raimundo Lira pede rigor na execução penal

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu mais rigor na aplicação do Código Penal para desestimular o crime. Ele citou como exemplo os números da violência no Distrito Federal. Segundo o senador, até julho deste ano, foram praticados em Brasília tantos assaltos quanto em todo o ano passado. De acordo com o senador, a polícia conhece os criminosos, mas só pode prendê-los em flagrante. Para o senador, além de provocar intranquilidade e sofrimento, a violência gera prejuízos econômicos.



Waldemir Botelho/Agência Senado

Para Wellington, logística ajudará a tirar país da crise

Wellington Fagundes (PR-MT) conclamou prefeitos, vereadores e secretários de Mato Grosso a participar do seminário sobre logística na segunda-feira em Cuiabá. No evento, organizado pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Senado do Futuro, em parceria com a assembleia do estado, serão debatidas soluções para o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso.

— É uma oportunidade para discutir a melhoria da logística. É com trabalho que tiraremos o país da crise.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp propõe mutirão para regularizar terras

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) qualificou a Lei 13.465, sancionada em julho, de “novo capítulo na história fundiária do país” e previu que ela terá um impacto positivo sobre a segurança pública e a economia. Ele propôs um mutirão para a emissão de títulos de propriedade em seu estado, com base na nova lei, que facilita a regularização fundiária em zonas rurais e urbanas.

— Nosso trabalho agora é buscar apoio para acelerar a emissão de títulos — disse o senador.



Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão de pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão poderá ajudar em diálogo na Venezuela

Senadores querem formar grupo para mediar negociação entre governo e oposição do país, que vive grave crise e caminha para uma guerra civil. Caberá ao Plenário do Senado decidir

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a criação de uma comissão externa para visitar a Venezuela, que vive grave crise política. A sugestão segue para análise do Plenário e, se confirmada, a comissão será dirigida por Fernando Collor (PTC-AL), presidente da CRE.

A iniciativa partiu do vice-presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC). Collor informou que, para a comissão trabalhar, necessitará de contatos prévios com o Itamaraty, com o governo de Nicolás Maduro e com a oposição do país vizinho.

— É evidente que não temos o intuito de resolver a crise

política daquele país. Mas o Brasil não pode se omitir. Temos mais de 2 mil quilômetros de fronteira.

Collor disse que a comissão deverá abster-se de qualquer julgamento prévio político ou ideológico, assim como não objetiva “de nenhuma maneira” interferir em questões internas da Venezuela. Estará focada, segundo o senador, num esforço de diplomacia parlamentar, buscando colaborar no restabelecimento de um mínimo de diálogo institucional entre as forças do governo e da oposição naquele país.

Outro ponto que interessa diretamente ao Brasil,



Para Fernando Collor, embora não deva intervir em assuntos internos ou julgar o país vizinho, o Brasil não pode se omitir

observou, é o aumento da migração de venezuelanos, especialmente pela fronteira com Roraima.

Guerra civil

Para Jorge Viana, o Brasil não pode assistir “de braços cruzados” ao agravamento da crise política e ao crescimento da polarização na Venezuela.

Somente no último domingo, dia de votação para a nova Constituinte, 16 pessoas morreram em locais próximos às zonas eleitorais.

— A situação se agravou muito nos últimos dias, e talvez o país esteja próximo a uma guerra civil. Não há mais nenhum diálogo, tolerância ou entendimento entre as forças

políticas — lamentou Viana, lembrando que o aumento da tensão na Venezuela não interessa à América do Sul.

O senador também elogiou os contatos prévios que deverão ser mantidos com o governo e a oposição antes da visita, “para saber se desejam de alguma maneira a nossa atuação”.

Embaixadas podem ter que seguir leis brasileiras

A legislação trabalhista brasileira deverá ser a aplicada aos empregados de embaixadas e consulados de países e organismos internacionais que atuam no país, de acordo com projeto aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores.

De Paulo Paim (PT-RS), o PLS 423/2012 prevê que a lei brasileira não se aplicará a estrangeiros ou a quem não tiver residência fixa no país e atue a serviço do consulado ou da embaixada de seu país.

O texto aprovado também determina que a Justiça do Trabalho será competente para processar e julgar dissídios entre embaixadas, consulados e organismos internacionais e seus empregados, desde que não firam tratados já firmados.

O relator do projeto é Antonio Anastasia (PSDB-MG), mas o relatório foi lido na comissão por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador lembrou que na prática a proposta consolida em termos legais um

entendimento já consagrado na Justiça.

— O espaço ocupado por representação diplomática aqui não é uma pequena porção de território estrangeiro em solo nacional.

Flexa disse que não seguir a legislação trabalhista se configuraria na prática de mitigação da soberania brasileira.

A proposta, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Audiências debaterão aumento do orçamento das Forças Armadas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), comunicou ontem que serão realizadas, em datas a serem definidas, audiências públicas com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e outras autoridades da equipe econômica para tratar de incrementos orçamentários para as Forças Armadas.

A iniciativa nasce a partir de audiências feitas no primeiro semestre com os comandantes das três Forças. Para Collor, o debate ganha urgência a partir da atuação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro, prevista para se encerrar no fim do ano.

Segundo o senador, para que a atuação das Forças Armadas no Rio seja bem-sucedida, é fundamental aumentar a fiscalização nas fronteiras, por onde penetram armas e drogas que alimentam a

indústria em torno do crime organizado e do narcotráfico. Isso exigirá um incremento orçamentário, disse.

Outro ponto destacado por Collor é a necessidade de estabelecer um novo estamento jurídico “mais adequado e pertinente” ao emprego das Forças Armadas, como está sendo feito no Rio.

— Para evitar que no estrito cumprimento da missão constitucional e profissional se vejam sujeitos a uma legislação que não atende nem considera as peculiaridades desse emprego eventual, episódico e temporário — frisou o presidente da CRE, acrescentando que tanto no Senado quanto na Câmara já tramitam propostas com esse objetivo.

Collor apoiou a presença das Forças Armadas no Rio, devido, segundo ele, à situação de “total colapso” atual do sistema de segurança pública do estado.

Subcomissão discutirá criação do Estatuto do Trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) decidiu instalar uma subcomissão temporária com foco na reforma trabalhista, para propor a criação de um Estatuto do Trabalho.

Ela vai substituir a subcomissão temporária destinada a propor um marco legal sobre o uso da maconha no país. Essa subcomissão, que não chegou a ser instalada, deverá ser encerrada.

A decisão foi tomada porque a CDH pode contar somente com quatro subcomissões em funcionamento ao mesmo tempo. Hoje existem três subcomissões oficialmente criadas: a Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher e a Subcomissão do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas.

A ideia da substituição par-

tiu do senador Paulo Paim (PT-RS). Ele observou que a regulamentação da maconha é um tema polêmico e, por isso, desde o final de 2014, quando Cristovam Buarque (PPS-DF) sugeriu a criação da subcomissão, nenhum senador manifestou interesse em levar o assunto adiante.

— Parece que, como é um tema muito polêmico, não houve interesse de nenhum parlamentar. Ela não foi sequer instalada. Mediante isso, peço a exclusão dessa subcomissão, já que só podemos ter quatro subcomissões e nós já temos três, o que abriria espaço para uma quarta.

O senador destacou que está em jogo no momento a perda de direitos trabalhistas, o que requer maior atenção a esse tema. Paim disse esperar que a nova subcomissão consiga barrar os retrocessos da refor-

ma proposta pelo governo de Michel Temer. Ele quer como resultado um Estatuto do Trabalho com amplas garantias aos trabalhadores.

— Temos que aprofundar o debate para termos um Estatuto do Trabalho.

Sugestão popular

O debate sobre a regulamentação da maconha ganhou força em 2014 depois que uma sugestão popular foi apoiada por 20 mil pessoas por meio do Portal e-Cidadania. A SUG 8/2014 ficou sob relatoria de Cristovam, que, após uma série de audiências públicas, defendeu a regulamentação do uso terapêutico da droga. O senador também recomendou em seu relatório um debate mais aprofundado sobre o uso recreativo da maconha e propôs a criação da subcomissão para continuar essa discussão.

CPI da Previdência retomará atividades na segunda, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) anunciou, em Plenário, a retomada dos trabalhos da CPI da Previdência, presidida por ele, com audiência pública na segunda. O debate será com representantes de aposentados do INSS, auditores e delegados de polícia.



Mônica Mariz/Agência Senado

Para Paim, o governo não terá vitória fácil na votação da reforma da Previdência.

— Ela vai ser muito mais difícil de aprovar porque é [proposta de] emenda constitucional e a mobilização em relação à Previdência é muito maior.

Afetadas pela crise, universidades poderão ter fundos patrimoniais

Projeto em pauta de comissão incentiva doações de pessoas físicas e jurídicas a instituições de ensino via dedução no Imposto de Renda

EM MEIO AO sucateamento de universidades públicas federais e estaduais, muitas sem recursos até mesmo para atividades básicas de manutenção e pagamento de contas de água e energia, o Senado analisa proposta que pode ajudar a alterar esse quadro.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/2015, pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), permite a criação de fundos patrimoniais para financiar as atividades de instituições de ensino superior.

A proposta, de Ana Amélia (PP-RS), incentiva doações para instituições de ensino, via dedução do Imposto de Renda devido pelos doadores pessoas físicas ou jurídicas, como ex-alunos e empresas parceiras.

A senadora frisa que não se trata de desresponsabilizar o poder público no financiamento de suas instituições de ensino superior, mas sim de “construir alternativas para a captação de recursos adicionais, de maneira sustentável e voltada para o longo prazo”.

Estados Unidos

A iniciativa aproxima o Brasil de modelos adotados em outros países. Nos Estados Unidos, onde a prática da filantropia e da doação a organizações não governamentais é arraigada entre a população, as mais importantes universidades possuem fundos bilionários, os chamados *endowment funds*. O da Universidade Harvard, por exemplo, tem patrimônio estimado em US\$ 35 bilhões.



Autora da proposta, Ana Amélia diz que objetivo é construir alternativas para captação regular de recursos adicionais

Para o relator da proposta na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE), não é por menos que essas universidades são classificadas entre as melhores do mundo: há recursos para investimentos graças ao patrimônio formado, seja por doações, seja pelo retorno financeiro das aplicações, propiciado por boas administrações independentes. Ele avalia que a proposta estabelece um mecanismo para combater a restrição orçamentária que as instituições vêm enfrentando.

O relator apresentou um texto alternativo na CAE, com modificações ao proposto originalmente, para permitir que universidades privadas sem fins lucrativos, fundações de amparo à pesquisa, organizações de fomento à cultura, museus e hospitais beneficentes também sejam autorizados a criar fundos patrimoniais. No texto original só havia a previsão para as instituições públicas de ensino superior.

A ideia é que os fundos patrimoniais sejam uma poupança de longo prazo, a ser investida com objetivos de preservação de valor e de geração de receita, tornando-se fonte regular de recursos para as instituições. Eles serão geridos por um conselho de administração e terão um comitê de investimentos, composto por membros com conhecimento e experiência nos mercados financeiros e de capitais.

Ainda pelo texto, normas relativas à política de investimento deverão ser públicas e alinhadas, no que couber, às regras dos fundos de investimento existentes no mercado.

Deduções

O projeto estabelece que pessoas físicas terão um limite de dedução de até 6% do valor do IR devido. No caso da pessoa jurídica, o limite é de até 1,5% do lucro operacional na apuração do lucro real do IR e da base de cálculo da Con-

tribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No parecer da Comissão de Educação (CE), o projeto havia sido aprovado com emenda que retirava a possibilidade de deduções para empresas, mas na CAE o relator resgatou esse ponto, que estava no texto original.

Armando explica que o projeto apenas inclui na legislação tributária novas modalidades de doação passíveis de serem dedutíveis do IR, sem alterar a renúncia de receita da União. Assim, eventual aumento de doações será acomodado dentro dos tetos já previstos para pessoas físicas e empresas.

O texto lista iniciativas que poderão ser custeadas com recursos dos fundos, no apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Será possível, por exemplo, destinar recursos para preservar o patrimônio da instituidora e financiar pesquisas e programas de extensão, além de bolsas de estudo.

Arquivamento de denúncia “entuba” governo, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) lamentou ontem o arquivamento, pela Câmara, da denúncia por corrupção passiva apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer. Segundo o senador, foi uma vitória do fisiologismo e da política que envergonha o Brasil.

— O governo, que já estava na UTI, agora passou a ser entubado. Quanto vai custar a próxima votação? Qual é o custo para o brasileiro, para este país, para este pobre Brasil quando o Temer precisar de voto de novo? — questionou Viana.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Temer venceu com gol de mão, afirma Cristovam

A decisão da Câmara de rejeitar o pedido da Procuradoria-Geral da República de abertura de processo por crime comum contra Michel Temer foi uma vitória, mas com um “gol de mão”, avaliou ontem Cristovam Buarque (PPS-DF). Para ele, o presidente precisa ter a modéstia de reconhecer que ganhou apenas um fôlego no poder e, assim, buscar soluções para a crise do país.

— Mesmo com a mão, ele venceu e vai sobreviver até 2018. O que a gente precisa, Temer, é que o senhor ajude o Brasil a sobreviver também.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi aponta onda de demissões e terceirizações

Alguns setores já pensam em demitir trabalhadores e contratar terceirizados e temporários, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). Isso, afirmou, significa que os salários poderão passar a ser mais baixos que o mínimo previsto, consequência da reforma trabalhista.

Segundo ela, o governo explodiu o Orçamento, mas conseguiu livrar, depois de decisão da Câmara, o presidente Temer do andamento de denúncia por corrupção passiva. Segundo Gleisi, especula-se que o governo teria gasto R\$ 14 bilhões para barrar a ação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simone defende ação do Senado em pacto pelo país

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu o protagonismo do Senado em torno de um pacto que conduza à retomada da normalidade política e institucional no país.

— Neste momento de encruzilhada histórica, é hora de um grande pacto nacional a favor do país. É hora de a verdadeira política voltar ao cenário nacional. É o único caminho para nos conduzir ao futuro. O Senado reúne os homens e as mulheres mais experientes da classe política brasileira. Sabedoria e experiência não nos faltam e a nossa legitimidade vem do voto popular — conclamou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Alvaro lê protesto de cidadão contra decisão da Câmara

Alvaro Dias (Pode-PR) leu a manifestação de um brasileiro que mora em Washington sobre a política nacional. O cidadão criticou a decisão da Câmara de não autorizar a investigação imediata pelo Supremo de denúncia contra Michel Temer.

Alvaro lamentou que, assim como o brasileiro que enviou o protesto, milhares de outros tentam sair por causa dos rumos que o Brasil está tomando.

— Infelizmente um Brasil de riquezas naturais extraordinárias, mas de pobreza política e administrativa, que, sem dúvida, nos envergonha.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fátima critica deputados por livrarem Temer

Indignação é o sentimento da maioria dos brasileiros ao ver que a Câmara livrou Temer de ser investigado pelo STF. Foi o que afirmou Fátima Bezerra (PT-RN), em discurso ontem. Para a senadora, a Câmara escreveu uma página deplorável de sua história ao decidir pelo arquivamento da denúncia.

— A maioria dos deputados deu as costas ao povo e se rendeu ao fisiologismo, vendendo consciências no balcão de negociatas.

Fátima também disse que, apesar da vitória governista, a oposição saiu mais forte.



Marcos Oliveira/Agência Senado

José Medeiros faz apelo por união em prol do Brasil

Com o arquivamento da denúncia contra o presidente Michel Temer, é hora de união de forças políticas em prol de uma agenda de interesse ao povo brasileiro, disse José Medeiros (PSD-MT).

Segundo ele, alguns senadores independentes já manifestaram a intenção de fazer parte de uma grande coalizão que coloque em pauta temas urgentes como segurança pública e saúde.

— É o momento de uma grande concertação nacional. Não é nem ajudar o governo. É ajudar o Brasil a resolver seus problemas mais urgentes.



Marcos Oliveira/Agência Senado